

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

31

Dos autores citados a seguir, assinale o que foi um dos protagonistas do Movimento de Reconceituação do Serviço Social na América Latina.

- (A) Balbina Ottoni.
- (B) Maria Lúcia Martinelli.
- (C) José Paulo Netto.
- (D) Vicente Faleiros.
- (E) Ana Augusta de Almeida

32

Para Netto (2004), o Movimento de Reconceituação foi gestado no bojo da política

- (A) social-democrata.
- (B) keynesiana.
- (C) desenvolvimentista.
- (D) socialista.
- (E) liberal.

33

Entre as tendências do processo de renovação do Serviço Social no Brasil, Netto (2004) identifica uma delas como a herdeira do legado do que foi produzido de mais crítico e avançado no Movimento de Reconceituação do Serviço Social na América Latina.

Assinale a opção que identifica essa tendência.

- (A) Desenvolvimento e Organização de Comunidade.
- (B) Intenção de ruptura.
- (C) Perspectiva modernizadora.
- (D) Reatualização do conservadorismo.
- (E) Projeto nacional-desenvolvimentista.

34

Assinale a opção que indica corretamente o documento que representa o projeto da categoria profissional de assistentes sociais para a formação em Serviço Social no Brasil.

- (A) Código de Ética Profissional do/a Assistente Social – Resolução CFAS nº 273/1993, atualizado pela Resoluções CFESS números 290/1994, 333/1996, 594/2011 e 970/2021.
- (B) Diretrizes gerais para o curso de Serviço Social (com base no Currículo Mínimo aprovado em Assembleia Geral Extraordinária da Abess em 8 de novembro de 1996).
- (C) Lei de Regulamentação da Profissão de Assistente Social – Lei Federal nº 8662, de 7 de junho de 1993.
- (D) Seminários de Araxá, Teresópolis, Sumaré e Alto da Boa Vista, publicados em formas de documentos pelo CBCISS.
- (E) Diretrizes Curriculares para os Cursos de Serviço Social, de acordo com a Resolução CES/MEC nº 15/2002.

35

Segundo Cláudia Mônica dos Santos, a prática profissional de assistentes sociais é constituída pelas seguintes dimensões:

- (A) social, histórica e política relativas à formação social brasileira.
- (B) estrutural-funcionalista, fenomenológica e marxista.
- (C) de caso, de grupo e de comunidade do Serviço Social.
- (D) ético-política, técnico-operativa e teórico-metodológica.
- (E) da atenção básica, da atenção secundária e da atenção terciária.

36

A primeira vertente de renovação do Serviço Social no Brasil, articuladora do debate de unidade do Serviço Social latino-americano é, de acordo com Scheffer et al. (2021), o(a)

- (A) reformismo reconceituado.
- (B) Intenção de ruptura.
- (C) desenvolvimento de comunidade.
- (D) modernização conservadora.
- (E) teorização do Serviço Social.

37

Nos termos da Lei Federal nº 8662/93, constitui atribuição privativa de assistentes sociais

- (A) realizar estudos socioeconômicos com os usuários para fins de benefícios e serviços sociais junto a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades.
- (B) planejar, organizar e administrar benefícios e Serviços Sociais em prol da classe trabalhadora.
- (C) planejar, organizar e administrar programas e projetos em unidade de Serviço Social.
- (D) orientar indivíduos e grupos de diferentes segmentos sociais no sentido de identificar recursos e de fazer uso deles no atendimento e na defesa de seus direitos.
- (E) encaminhar providências, e prestar orientação social a indivíduos, grupos e à população.

38

As Diretrizes Curriculares do Serviço Social (Abepss, 1996) defendem uma formação capaz de subsidiar um perfil profissional com profunda relação e compromisso com os interesses das classes trabalhadoras.

Nesse sentido, de acordo com Pereira (2024), é necessário

- (A) capacitar os professores para a implementação dos Núcleos de Fundamentos.
- (B) repensar a realidade brasileira, seus fundamentos sócio-históricos e conexões com a profissão.
- (C) conhecer a teoria marxiana e suas imbricações com a questão social.
- (D) estabelecer uma nova concepção de prática profissional ancorada nos fundamentos da profissão.
- (E) fundar grupos temáticos de pesquisa que abarquem as temáticas dos diversos espaços sócio-ocupacionais.

39

Nas Diretrizes Curriculares do Serviço Social (Abepss, 1996), a dimensão investigativa tem na pesquisa a sua materialização. Ela é utilizada como

- (A) uma técnica que se utiliza de mediações e contradições sociopolíticas e econômicas da sociedade capitalista em prol dos usuários.
- (B) uma estratégia da expressão do fazer profissional que é utilizada nas instituições sociais como forma de legitimar a intervenção do assistente social.
- (C) um diferencial nas equipes de serviços, pois somente deve ser realizada pelos profissionais academicamente mais graduados.
- (D) uma ferramenta de transformação da realidade, a partir de técnicas quanti-qualitativas de estruturar as demandas dos usuários e dos outros profissionais.
- (E) um instrumental de desvelamento e interpretação que exige rigor na apreensão do real e na sistematização/interpretação de dados.

O Estatuto da Pessoa Idosa determina que à pessoa idosa internada ou em observação é assegurado o direito a acompanhante, devendo o órgão de saúde proporcionar as condições adequadas para a sua permanência em tempo integral, segundo o critério médico.

- A autorização para o acompanhamento da pessoa idosa cabe
- ao profissional de saúde responsável pelo tratamento.
 - à equipe multiprofissional, após avaliação.
 - ao chefe da medicina, a partir de diagnóstico que o justifique.
 - à equipe de enfermagem.
 - à direção da instituição mediante laudo médico.

O Estatuto da Pessoa Idosa estabelece, em seu Art. 27, que: *Na admissão da pessoa idosa em qualquer trabalho ou emprego, são vedadas a discriminação e a fixação de limite máximo de idade, inclusive para concursos, ressalvados os casos em que a natureza do cargo o exigir.*

O primeiro critério de _____ em concurso público será a idade, dando-se preferência ao de idade mais elevada.

A lacuna fica corretamente preenchida por

- ação afirmativa.
- exclusão.
- prioridade.
- desempate.
- mediação.

O acesso dos jovens negros, indígenas e alunos oriundos da escola pública ao ensino superior nas instituições públicas se dá por meio de

- maior nota na prova de conhecimentos gerais.
- políticas afirmativas, nos termos da lei.
- estratificação por renda familiar.
- programas de expansão da oferta de vagas nas instituições públicas.
- sorteio de todas as categorias até o máximo de 20%.

Pode participar do CNLGBTQIA+, em caráter permanente, com direito a voz e sem direito a voto, um representante da seguinte instituição:

- Associação Brasileira Interdisciplinar de Aids.
- Conselho Federal de Medicina.
- Grupo Pela Vida.
- Conselho Federal de Serviço Social.
- Coletivo Arco-Íris.

De acordo com a Lei nº 11.340/06, a assistência à mulher em situação de violência doméstica e familiar será prestada em caráter prioritário no(a):

- Sistema Único de Saúde.
- Vara da Família.
- Delegacia da Mulher.
- Instituto Médico Legal.
- Centro de Referência de Assistência Social.

O documento basilar da Política Nacional de Assistência Social propõe que a construção da política pública de assistência social tem de levar em conta as seguintes três vertentes de proteção social:

- as equipes, as instituições e as ferramentas.
- os serviços, as demandas e a população.
- os equipamentos, os recursos humanos e o orçamento.
- as pessoas, as suas circunstâncias e a família.
- eficácia, a efetividade e a eficiência.

A Constituição Federal de 1988 traz uma nova concepção para a Assistência Social brasileira. Incluída no âmbito da Seguridade Social como política social pública, a assistência social inicia seu trânsito para um campo novo, a saber:

- a proteção social universal e a não contributividade.
- os direitos, a universalização dos acessos e a responsabilidade estatal.
- o planejamento, a execução e a avaliação.
- a apreensão da realidade e a emancipação das populações.
- o estudo, o diagnóstico situacional e a intervenção programada.

Avalie se a Política Nacional de Assistência Social se rege pelos seguintes princípios:

- Divulgação ampla dos benefícios, serviços, programas e projetos assistenciais, bem como dos recursos oferecidos pelo Poder Público e dos critérios para sua concessão.
- Centralidade na família para a concepção e implementação dos benefícios, serviços, programas e projetos.
- Gestão compartilhada e definição clara das competências técnico-políticas, com a participação e mobilização da sociedade civil.

Está correto o que se afirma em:

- I, apenas.
- II, apenas.
- I e II, apenas.
- II e III, apenas.
- I, II e III.

48

O produtor, o parceiro, o meeiro e o arrendatário rurais, o pescador artesanal e o assemelhado, que exerçam essas atividades individualmente ou em regime de economia familiar são classificados como segurado especial da Previdência Social. Entende-se como regime de economia familiar

- (A) a ocupação de familiares consanguíneos ou não, que é realizada no domicílio de uma outra família mediante pagamento diário ou semanal, sem que gere lucro para a parte empregadora.
- (B) a forma de articulação de agrupamentos familiares vizinhos para viabilizar um processo de produção doméstico como ente catalisador e provedor do crescimento e desenvolvimento socioeconômico daquela localidade.
- (C) a atividade em que o trabalho dos membros da família é indispensável à própria subsistência e é exercido em condições de mútua dependência e colaboração, sem utilização de empregados.
- (D) o labor dos pequenos produtores que coletivamente se ocupam de uma ou mais atividades semiartesanais, utilizando as dependências da residência como espaço para produção e distribuição de mercadorias.
- (E) o serviço dos indivíduos pertencentes à mesma família, que vivem em um espaço residencial comum e se ocupam de trabalhos sazonais e por demanda.

49

Ao analisar a Seguridade Social brasileira, Mota (2006) afirma que uma das particularidades que marcam a sua expansão no pós-64 reside no fato de que

- (A) a transição democrática proporcionou a emersão das camadas sociais mais pauperizadas, pressionando o governo por direitos sociais.
- (B) ela se fez mediante a fragmentação dos meios de consumo coletivo, franqueando ao capital privado a prestação de serviços considerados rentáveis.
- (C) o processo da Constituinte galvanizou forças políticas progressistas que lutaram pela implementação de políticas sociais universais.
- (D) a recessão econômica em nível mundial provocou uma inflexão no projeto de proteção social, forjando a figura do cidadão consumidor.
- (E) ela experimentou uma contração nos seus objetivos iniciais, que passaram a ser ditados pelo receituário neoliberal de condicionamentos.

50

De acordo com a Resolução CFESS nº 557/2009, ao atuar em equipe, o assistente social deverá

- (A) apresentar um único relatório/laudo mesclando os posicionamentos de cada profissional, de modo que seja apresentado um único e conciso texto multidisciplinar.
- (B) destacar o que é consensual entre todos os integrantes da equipe, bem como os instrumentos utilizados e outros componentes contemplados na opinião técnica.
- (C) garantir a especificidade de sua área de atuação, recusando-se a dividir o documento com outros profissionais, uma vez que poderá configurar um texto eclético.
- (D) emitir sua opinião técnica somente sobre o que é de sua área de atuação e de sua atribuição legal, assinando e identificando seu número de inscrição no CRESS.
- (E) saber que é vedado desrespeitar, em sua manifestação escrita, as conclusões avaliadas pelo conjunto da equipe quando as opiniões dos outros profissionais forem discordantes.

51

No que diz respeito à realização de terapias associadas ao título ou ao exercício profissional do assistente social, a Resolução CFESS nº 569, de 25 de março de 2010, determina que

- (A) a realização de terapias não tem relação com a formação profissional estabelecida nas Diretrizes Curriculares do curso de graduação em Serviço Social, sendo incompatíveis com suas competências e atribuições.
- (B) apesar de a realização de terapias não constituir matéria, conteúdo, ou objeto do curso de graduação em Serviço Social, caso o assistente social possua formação terapêutica, poderá atuar como tal.
- (C) a intervenção profissional que visa tratar problemas somáticos, psíquicos ou psicosomáticos, suas causas e seus sintomas, poderá ser permitida, desde que sancionada pelo CRESS local.
- (D) em seu trabalho profissional com indivíduos, grupos e/ou famílias, caso a intervenção terapêutica ocorra dentro dos limites de equipe multidisciplinar ou interdisciplinar, o assistente social poderá realizar o atendimento.
- (E) o Conselho Federal de Serviço Social e os Conselhos Regionais de Serviço Social deverão se incumbir de dar plena e total publicidade às situações nas quais o assistente social poderá atuar com terapias sistêmicas.

52

A fiscalização do exercício profissional do assistente social supervisor nos Campos de Estágio compete

- (A) ao supervisor acadêmico responsável pela disciplina de Estágio.
- (B) à coordenação de estágio das universidades.
- (C) à comissão designada pelo CFESS para esta finalidade.
- (D) ao Conselho Regional de Serviço Social.
- (E) à instituição campo de estágio.

53

O local de atendimento destinado ao assistente social deve ser dotado de espaço suficiente, para abordagens individuais ou coletivas, conforme as características dos serviços prestados e deve possuir a(s) seguinte(s) característica(s) física(s):

- (A) sala contígua para funcionário administrativo de secretaria.
- (B) equipamento multimídia para agilizar a comunicação e os encaminhamentos.
- (C) mesa e cadeiras para reuniões e supervisão de estágio.
- (D) espaço reservado para atendimento a pequenos grupos e familiares, quando necessário.
- (E) ventilação adequada a atendimentos breves ou demorados e com portas fechadas.

54

A supervisão direta de estágio de Serviço Social deve ser realizada pela(o):

- (A) ~~coordenador~~ de Serviço Social do setor da instituição que recebe o estudante.
- (B) supervisor acadêmico em conjunto com o supervisor de campo.
- (C) assistente social funcionário do quadro de pessoal da instituição em que ocorre o estágio.
- (D) Comissão de Fiscalização do CRESS.
- (E) assistente social assessor especialmente contratado para esta finalidade.

- Em seu estudo sobre a ética profissional, Barroco (2009) afirma que a moral profissional diz respeito à relação entre
- a ontologia do ser social, a práxis profissional e a normatização de deveres e valores.
 - a ação profissional do indivíduo singular, os sujeitos nela envolvidos e o produto concreto da intervenção profissional.
 - a consciência coletiva, a divisão social do trabalho e o cotidiano profissional.
 - a liberdade, a universalidade e a intervenção na realidade para a emancipação humana.
 - a totalidade social, os projetos coletivos e os valores emancipatórios.

Os anos 1980 constituem um novo *ethos* para o Serviço Social, marcado pelo posicionamento de negação do conservadorismo e de afirmação da liberdade, que se materializam no Código de Ética de 1993.

Revelada em sua densidade histórica, a sua concepção ética, segundo Barroco (2009), está articulada

- à reestruturação social e aos direitos humanos fundamentados na liberdade.
- à solidariedade social e aos valores emancipatórios advindos do socialismo.
- às ações éticas e à criação dos valores oriundos da matriz marxiana.
- aos valores ético-políticos e ao conjunto de direitos humanos defendidos pelas classes trabalhadoras.
- aos pressupostos teóricos orientados pelo marxismo e fundamentação histórica do homem.

O conjunto das conquistas efetivadas no Código de Ética de 1986 pode ser resumido no seguinte aspecto:

- presença de traços da renovação profissional no contexto da modernização conservadora.
- referência a uma concepção de humano genérico.
- desvelamento do caráter político da intervenção ética.
- existência de uma hierarquia social nas funções exercidas por cada ser.
- supressão das referências democrático-liberais em favor do tecnicismo.

O valor de caráter humano-genérico mais central do Código de Ética de 1993, que indica a sua finalidade ético-política mais genérica é a:

- emancipação.
- liberdade. *válor ético central*
- justiça social.
- equidade.
- democracia.

De acordo com o Código de Ética de 1993, constitui um direito do assistente social

- a viabilização da alteração da correlação de forças institucionais, apoiando as demandas da população usuária.
- o desagravo público por ofensa que atinja a sua honra profissional.
- a participação de programas de socorro à população em situação de calamidade pública.
- a contribuição para a viabilização da participação efetiva da população usuária nas decisões institucionais.
- o incentivo, sempre que possível, da prática profissional interdisciplinar.

Nas relações com entidades da categoria e demais organizações da sociedade civil, é vedado ao assistente social

- compactuar com o exercício ilegal da profissão, inclusive nos casos de estagiários que exercem atribuições específicas, em substituição aos profissionais.
- valer-se de posição ocupada na direção de entidade da categoria para obter vantagens pessoais, diretamente ou através de terceiros.
- devolver as informações colhidas em estudos e pesquisas aos usuários, para que eles possam usá-las para o fortalecimento dos próprios interesses.
- depor como testemunha sobre situação sigilosa do usuário de que tenha conhecimento no exercício profissional, mesmo quando autorizado.
- adulterar resultados e fazer declarações falaciosas sobre situações ou estudos de que tome conhecimento.